

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

A REDEMOCRATIZAÇÃO NA PARAÍBA: PERSPECTIVAS E
LIMITES (1945-1950).

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Vanderley Gomes

Campina Grande - Paraíba

1986.



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

34

Sumário

Introdução	1
Formação do Capitalismo no Brasil: Estado Bur gues e Organização dos Trabalhadores	10
O PCB e a Redemocratização: Seus Reflexos na Paraíba	16
A Indústria e o Latifúndio na Paraíba	25
A Paraíba sob o Domínio do Latifúndio	30
Conclusão	33

Introdução

A proposta inicial deste trabalho monográfico de conclusão do curso de História, visava estudar o processo de redemocratização, procurando resaltar a conjuntura paraibana, analisando o caráter da democracia a partir do ponto de vista das classes dominantes e do grau de participação política das classes trabalhadoras. Buscamos, desta forma, estudar o problema ^{mediante} a postura política dos grupos dominantes locais em relação as camadas populares. Porém, as dificuldades foram muitas para continuar trabalhando no projeto inicial. Primeiro, os contactos com os dirigentes sindicais demonstraram que os documentos de período foram destruídos; segundo, grande parte dos documentos publicados na época estando em mãos de setores privados, tornaram-se de muito difícil acesso. A pesquisa, assim, ficou limitada aos jornais a UNIAO (Órgão oficial do governo) e a IMPRENSA (Órgão ligado à Igreja Católica) além dos estudos bibliográficos que tratavam do assunto e dos dados do Censo econômico de 1940 - 1950 sobre a condição da indústria e do latifúndio. Tivemos, portanto, de modificar o projeto inicial, principalmente, no que refere-se a relação dos comunistas com a classe trabalhadores e o comportamento político destes em relação aos grupos dominantes locais.

A proposta final concluída mediante algumas modificações realizadas, centrando-se, nesse trabalho, portanto, nas "Perspectivas e Limites" da redemocratização no Estado da Paraíba, demonstrados nos tópicos levantados no decorrer da pesquisa, conforme indicado no sumário.

Discutir o problema da redemocratização, tomando como parâmetro o Estado Paraíba, constitui-se uma tarefa muito difícil, uma vez que a maioria dos estudos historiográficos, buscam sempre o questionamento da redemocratização a partir da região Centro-Sul, tornando o estudo do problema na região Nordeste submetido à lógica da historiografia brasileira. Contudo, contrário à visão dualista da história do Brasil, um estudo aprofundado do processo de consolidação da ordem burguesa, deve levar em conta o desenvolvimento de

sigual e combinado do sistema capitalista brasileiro a partir do momento que mantém o desequilíbrio regional e a especificidade econômica de cada região.

Visto desta forma, observa-se um modelo de sociedade onde os interesses da burguesia agrária continuam-se confundindo com os interesses da burguesia industrial, por causa, justamente, do caráter tardio da formação do capitalismo industrial que se deu sob a hegemonia do latifúndio agrário-exportador e durante a fase do capitalismo-imperialista, momento em que começava transferir recursos financeiros e tecnológicos, sem contudo, modificar a situação da estrutura fundiária que continuava a produzir em grande escala matéria-prima através de relações sociais de produção tradicional.

A abordagem do conteúdo deste trabalho partiu da análise do processo de formação do capitalismo no Brasil, focalizando, em seguida o papel do PCB na conjuntura da redemocratização, considerando a importância que teria, enquanto representante dos interesses das camadas populares.

Em seguida, baseados nos dados disponíveis, tentamos captar as perspectivas e os limites da redemocratização na Paraíba. Para tanto, centramos nessa análise na estrutura econômica e sua relação com o sistema de poder dominante.

Formação do Capitalismo no Brasil: Estado Burguês
e Organização dos Trabalhadores

O processo de construção do Estado Nacional brasileiro, decorre do caráter particular do desenvolvimento capitalista. Porque é justamente dentro dos limites do espaço nacional como declarava Trotsky que "as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial!"⁽¹⁾ Local onde a burguesia realiza suas transações comerciais, define o grau de dependência, bem como as mudanças ou rupturas necessárias a consolidação do consenso burguês, conforme, muitas vezes, as vicissitudes do sistema de produção capitalista.

O estabelecimento da ordem burguesa no caso brasileiro, segue caminho muito diverso do modelo clássico, possui sua própria especificidade que não se coaduna com o dogmatismo político das revoluções burguesas européias. A evolução econômica do país controlada pela hegemonia mandonista do latifundiário, representa o caráter particular da formação do sistema capitalista brasileiro que mantido preso nas "relações não capitalistas de produção"⁽²⁾ durante todo o período monárquico, quando predominado pela "grande propriedade monocultural trabalhada por escravo"⁽³⁾ encontrava-se a Nação subordinada a reprodução mundial capitalista, devido ser "um sistema articulado de relações de produção capitalista, semicapitalista e précapitalista, ligados entre si por relações capitalistas de troca e dominado pelo mercado mundial!"⁽⁴⁾ Desta feita, tinha a Nação função muito definida pela divisão internacional do trabalho, quando fornecedora de produtos tropicais para o comércio europeu, ficava condenada aos interesses do grande proprietário de terra e escravos, contrário em determinado aspecto a modernização do sistema de produção, somente permitido no momento que significasse a continuação e reprodução dos mecanismos de produção tradicional.

Quando explode a crise do colonialismo, os setores dominantes nativos, precisamente a oligarquia rural, decide através de manobras jurídico-políticas consolidar o movimento pela independência,

em detrimento de manifestações políticas mais radicais pelo nível de contradição presente na estrutura econômica e social, proveniente da condição do trabalho escravo. Prefere o senhor de terra e escravo explorar o descontentamento interno na Colônia, consequência do crescimento de grupos políticos, contrários a continuação de mecanismos de subordinação econômica da Colônia à Metrópole, sobretudo, quando estes pressionados e influenciados pela expansão política e econômica do capitalismo inglês até mesmo francês, procuram combater a política mercantilista definida pela Metrópole no Brasil. Principalmente, depois da chegada da família real portuguesa, consolida os interesses do latifúndio rural exportador na medida que abertura dos portos ao livre-comércio propiciava o relacionamento econômico com outras nações capitalistas, especificamente, o capitalismo inglês. Portanto, a independência assegura a continuação do poder econômico do latifundiário ao mesmo tempo que garante o processo de concentração fundiária, sem contudo, modificar a estrutura político-econômica que voltado para o comércio europeu, refletirá no caráter tardio da estruturação do Estado burguês no Brasil.

O desenvolvimento da sociedade dentro de formas capitalistas, realiza-se sobre pressão da expansão mundial das relações de produção e troca do capitalismo. Na ocasião em que a ordem burguesa vivia a fase do livre-comércio, praticamente o mundo capitalista estava dividido entre aqueles que detinha o controle da produção industrial em grande escala e as nações periféricas, fornecedoras de produtos tropicais ao mercado externo, como no caso do Brasil, que depois da Independência, continuava a exploração do trabalho escravo através da grande lavoura monocultural. Ocupando a Nação uma posição muito marginal no mercado mundial, incorporava-se na esfera internacional do capitalismo mediante preservação de formas semicapitalistas e pré-capitalistas de produção no campo, operando-se o processo de acumulação primitiva do capital durante o período de expansão dos interesses da burguesia européia. Neste sentido, afirma Mandel.

" A existência de grandes reservas de trabalho barato e terra nesses países logicamente resultou numa acumulação de capital com uma composição orgânica de

capital mais baixa do que nos primeiros países a se industrializarem!" (5)

Ainda mais coloca que.

"A intervenção do capital ocidental no processo de acumulação primitiva de capital nos países subdesenvolvidos foi portanto determinada em grau considerável, pela pressão compulsiva sobre esse capital, no sentido de organizar a produção capitalista de matérias-primas em grande escala!" (6)

A decomposição do trabalho escravo, resulta não somente da pressão externa do capitalismo, devido a necessidade de formar no Brasil um mercado consumidor; como também, o crescimento das condições sociais decorrente da condição do trabalho escravo, começa a formar-se um movimento de classe média contrário a continuação do regime escravista. Também forma-se na região cafeeira grupos econômicos favoráveis a modernização das relações sociais de produção, contudo, demonstrando pouco interesse pela mudança da estrutura fundiária. Assim, ruia com a crise do trabalho escravo o regime monarquista. A República é implantada em consequência das manobras políticas dos prepostos dominantes, no momento que a antiga ordem política não mais oferecia condições objetivas à sustentação dos interesses mandonistas das oligarquias. O novo regime mantém a continuação dos privilégios das oligarquias rurais que fracionados, nas intrigas particulares do mandonismo regional, dificultavam a tarefa de centralização do Estado e da unidade regional, somente permitidas, conforme a lógica do poder latifundiário.

O Estado brasileiro, preso as necessidades do latifundiário rural-exportador, não consegue se desvencilhar dos limites impostos pelo modelo econômico herdado desde o período colonialista, quando formando em função da exploração de matéria-prima para o comércio europeu, possuía a tarefa muito específica dentro do modo de produção capitalista. Limitada pela conformidade da dependência estrangeira a economia brasileira mantinha-se dentro de "relações de produção précapitalistas e capitalistas;"(7) dificultando a "generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indús -

tria capitalista em grande escala⁽⁸⁾ Desta maneira, a primeira fase da República, personifica o comportamento retrógrado do proprietário de terra, contrário a qualquer tipo de modificação 'estrutural' fundiária. Sempre concordou com a modernização, desde que mantivesse as estruturas de produção tradicional, sobretudo, porque compreendia que era através dela que podia realizar a reprodução capitalista.

Mas, o salto qualitativo para a "formação do capitalismo industrial do Brasil" somente ocorre sob a dependência da hegemonia econômica do latifúndio. Primeiro, a transformação de capital cafeeiro em capital industrial. O processo de realizará alimentando o desequilíbrio regional, na medida que concentrava toda dinamicidade do desenvolvimento industrial nos limites da região Centro-Sul, mantinha o Nordeste, através da divisão nacional do trabalho, como região fornecedora de matéria - prima e mão-de-obra para o mercado daquela região em desenvolvimento. Apesar de o crescimento industrial, sob tutela do Estado, subordinar o capital das oligarquias latifundiárias, que transitando seus interesses em outras esferas da produção, tinha em parte sua influência garantida nos investimentos financeiros determinados pelo Estado sob os auspícios do capitalismo estrangeiro.

A depressão capitalista de 1929 reflete-se no Brasil na crise do poder oligarquico, consequência do rompimento político da burguesia cafeeira e da burguesia pecuarista mineira que durante a primeira república controlavam o aparelho de Estado. O movimento de 1930 resulta justamente da crise política e econômica do poder oligárquico. Os protagonistas do movimento passaram a desenvolver um discurso para a formação do "capitalismo nacional" numa fase marcadamente definida pela expansão dos privilégios imperialistas que objetivamente possuíam raízes no mercado brasileiro, no seio da burguesia do país. A este respeito, Eli Diniz coloca que o movimento de 1930, representava uma "modernização conservadora"⁽¹⁰⁾ incorporado por propostas de conteúdo corporativista no plano da organização da estrutura do Estado, mostrando claramente os objetivos políticos dos grupos dominantes ligados a Getúlio Vargas que desejavam a reestruturação do Estado Burguês. Amordaçando a classe trabalhadora ao

discurso do nacional-populismo, dentro da necessidade de conciliação de classes, tinha como pano de fundo a reação da burguesia à crise do liberalismo e a degeneração do Estado oligarca. Conforme mostra Octávio Ianni, o movimento de 1930:

"... cria as condições para o desenvolvimento do Estado burguês como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores culturais de tipo propriamente burguês!" (11)

Ainda neste sentido, coloca o citado autor:

"... para os partidos e movimentos políticos que haviam lutado por instituições democráticas, a vitória sobre as oligarquias havia sido um malogro. Passava-se do regime oligarquico à ditadura de tipo burgues, depois de um entreato de grande fermentação política e cultural!"(12)

Quanto ao apelo nacionalista Ianni afirma:

"o tenentismo, a nascente burguesia industrial, os setores mais politizados do proletariado e alguns grupos da classe média, todos estavam de alguma forma, identificando a solução dos seus problemas com soluções de tipo nacionalista!"(13)

Contudo, o movimento apesar de reestruturar o Estado Nacional, de acordo com os parâmetros mais corporificados com o sistema capitalista, não chegou, a nível regional, a destruir o mandonismo dos senhores proprietários de terras que continuaram controlando indiretamente o funcionamento do aparelho de Estado. Porém, contraditoriamente, a crise de 1930 não representou precisamente uma falência do poder oligarca, muito pelo contrário, mostrava o grau de fracasso de uma estrutura de Estado preso ao particularismo regionalista, demonstrando também que os novos setores da classe dominante não possuíam profunda divergência com os setores tradicionais, como muito bem demonstra a composição político-social daqueles que passaram a representar a burguesia industrial.

A concentração da propriedade da terra favorecerá o surgimento do clientelismo político avesso a centralização do Estado, dentro do qual, o governo nascido do movimento militar de 1930, teria

que trabalhar para criar as condições de constituição de mecanismos que assegurassem o desenvolvimento do setor privado. Neste sentido, o governo Vargas procurava eliminar ou reduzir os pontos de estrangulamento, provenientes da evasão de recursos financeiros para o estrangeiro e empobrecimento do mercado consumidor, reflexo da dependência ao comércio europeu de produtos exportados e importados, prejudicando a balança comercial e o tesouro público pela falta de capitais necessários ao investimento em outros setores da produção, resultando no enfraquecimento comercial e da nossa moeda.

O governo, para enfrentar o problema, passou a 'incentivar' a entrada de capitais externo, como estímulo a expansão da iniciativa privada, considerando que o desenvolvimento da indústria está subordinado à capacidade de rendimento da agricultura, como defende Getúlio Vargas:

"a prosperidade da indústria dependente, diretamente, do rendimento das atividades rurais!"(14)

Para tanto, o governo procurou aproveitar "as flutuações do capitalismo mundial" para beneficiar parcialmente interesses nacionais diante do grau de divergência das potências capitalistas pela partilha do mercado mundial entre si. Neste caso, o Estado brasileiro, durante a ditadura getulista, procurou definir o tipo de relação entre o capital e o trabalho no momento profundo de crise do capitalismo, transformando o sindicato em elemento básico da estrutura do Estado burguês, através do qual regulava de maneira racional as condições do mercado de trabalho, definindo os limites da exploração do operariado.

O governo de Getúlio (1930-1945), implantou no discurso da classe dominante, princípios corporativistas que passaram a modelar o pensamento ideológico dominante, quando negando a contradição de classe, utilizava o sindicato como instrumento de propaganda de conciliação de classe. Neste sentido, conclamava os trabalhadores a:

"...manter a coesão em torno dos problemas fundamentais do país, defender a ordem a qualquer preço, sobretudo aos interesses da coletividade às mesquinhas competições de grupos, as rivalidades de classes aos choques das paixões políticas!" (15)

Tal discurso era repetido pela burguesia na Carta de Teresópolis:

"... as classes produtoras aspiram a um regime de justiça social que, eliminando incompreensões e mal entendido entre empregados e empregadores permita trabalho harmonico e reciprocidade de responsabilidade a justa divisão de direitos e deveres!"(16)

Como vemos, bastava superar o "mal entendido" que a Nação respiraria aliviado aos "choques das paixões" da luta de classe, como se esta fosse abolida por decreto a partir dos desejos dos donos do poder. Estes mal acostumados, habituados ao mandonismo regionalista, ao controle rígido sobre a classe trabalhadora, a falta de garantias seguras ao atendimento das reivindicações trabalhistas do proletariado, propunham abstinência dos trabalhadores à conquista dos seus interesses, mantinham não somente, a continuação da superexploração, como também, demonstravam claramente, que um novo tipo de conservadorismo estava em consolidação no plano da cultura dominante.

O consenso definido durante a ditadura getulista não implicou necessariamente na superação do poder oligárquico. Preso ao regionalismo político, incorporou de maneira transparente na redefinição da relação capital-trabalho, os instrumentos de dominação nacional-populista, sobre o qual, cresceu sua capacidade de mando, fortaleceu seu espirito conspirativo e conservador, manteve formas antigas de repressão e controle sobre outros segmentos da sociedade. Assim, reimplantou-se o conservadorismo predominante, conforme preceitos corporativistas de controle sobre a sociedade, combatendo a liberdade de organização sindical dos trabalhadores, atrelando o sindicato ao Estado, mantendo os trabalhadores completamente marginalizados de qualquer decisão política e reprimindo sistematicamente a presença dos comunistas dentro do movimento operário.

Os comunistas passa^{ra} a serem^{em} acusados de tentarem desestabilizar a ordem existente, contrariar os princípios democráticos burgueses, sobretudo, quando o próprio Partido Comunista desejava incorporar-se na luta nacionalista, contra o nazi-fascismo e pela

democracia, defendendo propostas políticas que se coadunavam com a estabilização do capitalismo nacionalista. Neste caso, podemos verificar que a postura da classe dominante durante o período da ditadura getulista, representa concretamente o comportamento contrário a um desenvolvimento independente do capitalismo internacional. Quanto à queda de Vargas, mostrava objetivamente o caráter conspirativo da oligarquia e liberais aliados ao capitalismo alienígena, favoráveis novamente ao neoliberalismo, consolidado na Constituição de 1946 e defensores da continuação dos mecanismos tradicionais de relação com o mercado externo. Portanto, toda fase do governo Dutra, representou a necessidade de estabilização da liberdade do desenvolvimento capitalista, depois da segunda guerra, quando os princípios liberais passaram ser a tónica do movimento pela redemocratização da Nação, favorecendo mais ainda a entrada e saída de capital estrangeiro, provocando uma rápida descapitalização do país.

O PCB e a Redemocratização: Seus Reflexos na Paraíba.

Os partidos políticos são representantes da vontade coletiva de determinadas classes sociais no contexto nacional. Um partido que se pretente popular deverá elaborar uma tática e estratégia política que permitam as camadas populares romperem o consenso ideológico burguês, sobretudo, num momento de transição ou mudança da estrutura política dominante. Podendo, durante esta fase, demonstrar sua fragilidade institucional e comprometer seu caráter de classe, quando tendo de custurar a unidade política desta classe, procura realizá-la através do consenso da ordem burguesa.

No caso brasileiro, o partido referido é justamente o PCB. Nascido da crise do anarquismo e sob influência da revolução bolchevique de 1917 na Rússia, deveria desde sua fundação, mobilizar o proletariado independentemente dos interesses burgueses, procurando direcioná-lo organicamente para a destruição do Estado burguês. Porém, na conjuntura histórica ora abordado, parte do momento da decadência do Estado Novo, resultado do movimento pela redemocratização da Nação, mais especificamente, na Paraíba, isto não ocorre. Os comunistas, primeiro defendem o movimento queremista propondo, portanto a continuação de Getúlio no poder, sob alegação de que sua saída acarretaria a reação fascista. Depois, declarando-se favoráveis à unidade política entre o proletariado e a burguesia, procuram demonstrar ao governo Dutra estarem dispostos a contribuir no processo de consolidação da democracia.

O PCB terá profunda dificuldade para penetrar no movimento operário, em decorrência de várias razões. Durante a primeira República os anarquistas controlam as organizações do nascente proletariado e durante a ditadura getulista a repressão do Estado sobre as organizações dos trabalhadores, consolida a estrutura sindical corporativista e atrela-a ao Estado burguês. A repressão política do governo getulista sobre os comunistas, provoca a desagregação da direção do partido, porém, a política de conciliação de classe também trouxe problemas aos comunistas para consolidar-se como força polí

tica dentro do movimento operário. Estimulando a criação do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), procuravam conseguir certa facilidade de penetração no meio dos trabalhadores, sem contudo, propor a destruição do sindicato corporativista, que continua sendo controlado pelos dirigentes pelegos e próximos do PTB e do governo de Dutra. A fragilidade organizativa dos comunistas, dificultam sua participação no movimento operário, porque, estando preso ao conservadorismo burocrático, favorecem para que qualquer tipo de divergência no seu quadro dirigente, levasse a expulsão ou mudança dos membros discordantes das resoluções políticas do partido, conduzindo em certo sentido ao distanciamento do movimento operário pela instabilidade constante de sua direção que cada vez mais possuía um número restrito de operários, principalmente camponeses, no seu quadro de militantes ou na direção do partido.

Os comunistas, quando tratavam de definir conceitos teóricos e políticos qualificavam o caráter do latifúndio de "semí-colonial" e "semí-feudal" como pertencente a reação fascista. Baseando-se nas resoluções do VII Congresso da I.C (Internacional Comunista) propunham a formação de uma Frente Popular Antifascista, que levaria o proletariado a " buscar aliança com a burguesia dos países democráticos e unidade de vários grupos políticos de direita e esquerda contra o fascismo!" (17) Assim, citando resoluções do VII Congresso da I.C, os comunistas demonstravam um desconhecimento do processo histórico de formação do capitalismo, resultante, também, da crise teórica e política que começava a transparecer nos quadros dirigentes do Comitern, no momento de crise do capitalismo e ascensão do fascismo. Não percebiam que a formação do capitalismo é caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado, sempre mantendo de forma particular na periferia do mundo burgues, Nações com tipo de relação não capitalista de produção, integrados na esfera global capitalista.

tica do governo getulista sobre os comunistas, provoca a desagregação da direção do partido, porém, a política de conciliação de classe também trouxe problemas aos comunistas para consolidar-se como força política dentro do movimento operário. Estimulando a criação do MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), procuravam conseguir certa facilidade de penetração no meio dos trabalhadores, sem contudo, propor a destruição do sindicato corporativista que continuavam sendo controlado pelos dirigentes pelegos e próximos do PTB e do governo de Dutra. A fragilidade organizada dos comunistas, dificultam sua participação no movimento operário, porque, estando preso ao conservadorismo burocrático, favorecem para que qualquer tipo de divergência no seu quadro dirigente, leve-se a expulsão ou mudança dos membros discordantes das resoluções políticas do partido, conduzindo em certo sentido ao distanciamento do movimento operário pela instabilidade constante de sua direção que cada vez mais possuía um número restrito de operários, principalmente camponeses, no seu quadro de militantes ou na direção do partido.

Os comunistas, quando tratavam de definir conceitos teóricos e políticos qualificavam o caráter do latifúndio de "semí-colonial" e " semí-feudal" como pertencente a reação fascista. Baseando-se nas resoluções do VII Congresso da I. C (Internacional Comunista) propunham a formação de uma Frente Popular Antifascista, que levaria o proletariado a "buscar aliança com a burguesia dos países democráticos e unidade de vários grupos políticos de direita e esquerda contra o fascismo!" (17) Assim, citando teses do VII Congresso da I. C, os comunistas demonstravam um desconhecimento do processo histórico da formação do capitalismo, resultante, também, da crise teórica e política que começava a transparecer nos quadros dirigentes do Comitern no momento de crise do capitalismo e ascensão do fascismo. Não percebiam que a formação do capitalismo é caracterizado por um desenvolvimento desigual e combinado, sempre mantendo de forma particular na periferia do mundo burguês, Nações com tipo de relações não capitalistas de produção, integrados na esfera global capitalista.

Assim, defendendo conceitos teóricos de "semí-colonial" e "semí-feudal" para especificar o modelo econômico brasileiro os comunistas, procuram mostrar que a tarefa do proletariado seria manter aliança de classe com as denominadas burguesias progressistas, contra aqueles setores dominantes do latifúndio, chamados por estes de "burguesia reacionária e fascista". O problema era justamente, que esta tese defendida pelos comunistas, entrava completamente em contradição com a dinâmica do processo de formação do capitalismo brasileiro. Realizando a passagem do modelo agrário para o modelo agrário-industrial, preservando a hegemonia política do latifundiário, mediante divisão nacional do trabalho, sobretudo, aprofundando o desequilíbrio regional pelo desenvolvimento capitalista, na medida que preservando regiões voltadas a produção de matéria-prima para os centros consumidores, mantinha, nestas regiões, com maior força política o latifundiário no controle do aparelho de Estado, como ocorreu no nordeste. Neste caso, a predominância do capitalismo agrário na Paraíba, preservam no poder a oligarquia açucareira e algodoeira-pecuária, bem como o modelo econômico agrário-exportador. Diante deste quadro, os comunistas consideravam que a existência do latifúndio, dificultavam a formação do "capitalismo nacional", qualificando o momento da redemocratização como "revolução democrática burguesa", devendo o proletariado fortalecer o "movimento" contra o que chamavam de "reação fascista".

Os pecebistas, durante o período de 1945-1950, defenderam a necessidade de assegurar o processo de consolidação da "democracia-burguesa" no país, portanto, consideravam que no "parlamento-democrático" poderia haver condições de realizar mudanças na estrutura fundiária da Nação. Neste sentido, os parlamentares comunistas deviam criar leis para favorecer o direito à terra pelos camponeses no país dominado politicamente pelas oligarquias regionais, chegando estes a propor que os latifundiários concedessem aumento de salário aos camponeses, como forma de acesso a produtos industriais ou concedessem aos camponeses direito acesso às terras improdutivas. Mas se verificarmos a situação dos comunistas na Paraíba, vamos constatar que somente o deputado estadual João Santa Cruz pertencia ao PCB numa Assembléia Legislativa dominada pelos proprietários de terra e usineiros como Renato Ribeiro Cou-

tinho.

Devemos resaltar, portanto, que os comunistas entendiam que a derrota do fascismo, tanto para as Nações "capitalistas democráticas" quanto para o país da "democracia-proletária", favorecia o estabelecimento da democracia. Para tanto, o operário, deveria procurar garantir uma política de conciliação de classe com setores denominados por estes de "democratas-burgueses". Assim, como ficara estabelecido, no VII Congresso da I.C, para o capitalismo estrangeiro, os comunistas dividiam a burguesia nacional entre reacionário e progressista, sendo que a reacionária estava, justamente, ligado ao latifúndio e ao "imperialismo fascista", enquanto a burguesia progressista estava incluída entre aqueles setores dominantes favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo nacional, aliados ao que os comunistas chamavam de capitalismo estrangeiro "democrático e progressista". Esta análise justificava a visão dos dirigentes pecebistas, para quem, terminada a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo estava moribundo pelo fato da derrota do fascismo. Esta era a perspectiva de alguns dirigentes da I.C que viam o "fascismo como último fator de existência do capitalismo";(18) à luz desta análise da conjuntura pós-guerra, os pecebistas defendiam a importância dos capitais estrangeiros para a modernização da Nação.

Inspirado nestas idéias, Prestes, Secretário Geral do partido, declarava, no comício no Parque 13 de maio em Recife, durante a campanha eleitoral de Yedo Fiúza, candidato do PCB, que naquele momento os comunistas lutavam por uma "revolução democrático-burguesa, agrária e antiimperialista", mediante o "desenvolvimento pacífico" do capitalismo. Contudo, a realidade do modelo de capitalismo desenvolvido no país, provaria o contrário do programa comunista. Depois do movimento de 1930, o consenso entre os interesses da burguesia agrária e industrial, conclusivo à estruturação da sociedade dentro da lógica capitalista aprofundou a presença de instrumentos tradicionais de controle político e ideológico sobre a população, como também, fortaleceu o mandonismo das oligarquias rurais.

Assim, foi preservada a hegemonia política e econômica do grande proprietário rural, que controlando regionalmente a máquina do Estado, manteve intactos seus privilégios, sobretudo, quando dependente

do capitalismo estrangeiro, favoreceu a solidificação de relações "semicapitalistas, précapitalistas e capitalistas" de produção no campo. A formação do capitalismo industrial não só fortaleceu estas relações atrasadas de produção no campo, como manteve a estrutura fundiária do país sob o controle, em grande parte, de grupos de famílias tradicionais.

O modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil, manteve o Estado da Paraíba, dentro do marco do capitalismo agrário, onde praticamente, a predominância do latifúndio sobrepuja-se a pequena e média indústria estrativa e de transformação. As concepções do Partido quanto à realidade brasileira tiveram repercussões na atuação dos pecebistas, paraibanos. Quando o representante comunista, o deputado estadual Santa Cruz, chamava os latifundiários de pertencentes ao "capital colonizador" por se contrapor a mudança na estrutura fundiária do Estado, assim falava, baseado na visão de que a "consolidação e o desenvolvimento do regime democrático" passava pela "liquidação de formas semi-feudais" da mesma maneira que o problema do crescimento "harmonico da indústria e agricultura" como da "ampliação do mercado interno" passava pelo assetamento dos camponeses na terra.

A razão da deficiência no mercado interno e de indústria, provinha, não somente, do caráter particular do latifundiário que limitava à modernização do sistema produtivo do Estado. Reflexo também do caráter tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro, que, estruturado no mesmo período de expansão dos monopólios capitalistas sempre dependerá de capitais e tecnologia para seu desenvolvimento. Todavia, o resultado desse casamento espúrio tem sido a manutenção do desequilíbrio regional, de tal maneira, que restou à Paraíba enquadrar-se no mercado como fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra barata para os grandes centros consumidores.

A debilidade da indústria no Estado da Paraíba deu uma feição muito particular à composição dos pecebistas. Não conseguindo penetração também entre os camponeses, o PCB neste Estado, na sua totalidade dominado por "intelectuais, classe média e estudantes" (19) Portanto, toda dificuldade de tornar-se uma força políti

ca no seio da classe trabalhadora da cidade e do campo, decorrem não somente da política de aliança de classe, como também, do caráter conservador da burguesia e do Estado brasileiro que só permitiu-lhe uma legalidade muito curta. Portanto, deixando os pecebistas de definirem uma linha política independente para a classe trabalhadora, colocando-a em função da consolidação das instituições burguesas, deixavam a mercê das concepções ideológicas e culturais dominante. A redemocratização decorreria, assim, partindo da necessidade das classes dominantes continuarem manipulando ou controlando uma estrutura de poder tradicional, apesar da Constituição de 1946 ter incorporado princípios neoliberais, continuaram prevalecendo a lógica mandonista das oligarquias a grárias ao contrário do que desejavam os pecebistas.

X A Indústria e o Latifúndio na Paraíba.

O desenvolvimento desigual e combinado do sistema de produção capitalista, realiza-se definindo as desigualdades regionais e especificando de maneira particular e geral as diferenças econômicas de cada Nação. Desta forma, o progresso em escala mundial do capitalismo, manteve o Brasil dentro do grupo de países em formação capitalista, cuja reprodução se deu preservando a hegemonia do latifúndio dentro de relações "semicapitalistas e capitalistas" de produção, destinado, essencialmente, a vender produtos tropicais para o mercado externo. Porém, as desigualdades regionais, evoluíram também estabelecendo as características econômicas básicas de cada região. A região Centro-Sul desenvolveu-se no sentido da formação do capitalismo industrial, utilizando o espírito capitalista da burguesia rural (cafeeira e pecuarista). O contrário ocorreu no Nordeste, que predominou pela força econômica da oligarquia açucareira e algodoeira-pecuária, estava relegada ao segundo plano do tabuleiro da economia brasileiro, a simples fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra aqueles centros em desenvolvimento.

Fala Ernest Mandel no seu livro o Capitalismo Tardio que o desenvolvimento capitalista das nações periféricas, neste caso o Brasil, em aliança com as potências capitalistas, tem seu crescimento praticamente sufocado quando o:

"... processo restringiu a acumulação primitiva de capital, ao consolidar as velhas classes dominantes em suas posições nas regiões e ao conservar uma parte significativa da população da aldeia fora da esfera da real produção de mercadorias e da economia monetária" (20)

Acrescenta o referido autor.

"Na era clássica do imperialismo, entretanto, passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas da produção no campo" (21)

Este fato, como declara Mandel:

"...tolheu a industrialização cumulativa do país, ou dirigiu para canais não industriais os processos de acumulação primitiva que, apesar de tudo, se manifestaram!"(22)

Neste aspecto, a região Sudeste, particularmente São Paulo, teve na transferência de capitais da burguesia cafeeira para a indústria a razão da formação do capitalismo industrial. Entretanto, o Nordeste, precisamente a Paraíba, teve no predomínio econômico das oligarquias rurais a manutenção do capitalismo agrário, dificultando o crescimento industrial, devido prevalecer um modelo de reprodução capitalista atrasado e determinado pela produção de matéria-prima para os centros consumidores nacionais e estrangeiros, favorecendo ao um tipo de relação econômica que sufocava o processo de concentração de capitais na medida que havia uma sangria dos recursos locais para aqueles centros, sobretudo, quando os ciclos econômicos nacional, enfraquecera a região Nordeste, no momento que baseado não necessariamente na supremacia de determinado produto para exportação, provocava um deslocamento de capitais e mão-de-obra para o setor em expansão. Desta forma, predomina na Paraíba os interesses do latifúndio-exportador cujo resultado será o enfraquecimento do mercado local e a predominância da pequena e média indústria, conforme demonstra o Censo Industrial de 1940-1950 do Estado da Paraíba.

Quadro - 1

+ Situação da Indústria na Paraíba - 1940.

Classe e Gênero de Indústria.	Estabelecimento.	Operário	Salário @1.000	Produção
Indústria Extra-tiva.	30	216	103	559
Prod. Minerais	29	202	103	559
Prod. Vegetais	1	14	.	.
Indústria de Transformação	607	12.482	13.719	183.170

Trans.de Minerais náo Metálicos	23	675	1.128	11.278
Metalúrgica	6	54	60	1.031
Material de Trans porte	2	11	24	111
Madeira	9	62	94	386
Mobiliário	14	162	159	754
Papel e Papelão	1	2	1	12
Couros e Peles e Produtos Similares	21	197	319	3.090
Química e Farmacêu tica.	26	465	701	12.214
Textil	212	8.984	8.895	120.963
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	60	335	315	1.851
Prod. Alimentares	180	1.115	1.580	25.758
Bebidas	22	82	83	1.627
Fumo	2	168	173	2.924
Editorial e Gráfica	26	102	132	568
Construção Civil	8	222	344	1.289
Serv. Ind. de Utili dade Pública	92	290	477	6.310
Diversos	3	68	55	603

IBGE - Censo Econômico de 1940 -1950.

Como observamos, no Quadro I registram na Paraíba em 1940; in
dústria extrativa e indústria de transformação, quase todas elas em
pregando um número muito baixo de operários e com capacidade produ-
tiva limitada a um mercado interno restrito. Na indústria de trans-
formação o número de estabelecimento multiplica, tendo certa dife-
renciação na sua capacidade produtiva. Enquanto a indústria de
transformação de minerais não metálicos, química e farmacêutica, tex-
til e produtos alimentares, encontravam-se mais enquadrados na in-
dústria de médio porte de acordo com a dimensão da produção no mer-
cado paraibano, as outras indústrias, como a extrativa, ficavam
muito mais ligados a indústria de pequeno porte.

Neste caso, pode-se observar, que o número de estabelecimento no Estado equivalia em 1940 a 637 indústrias de pequeno e médio porte, empregando no total 12.698 operários, praticamente ocupando uma atividade acessória na economia paraibana. Porém, se pegarmos o censo de 1950 vamos verificar que existe alteração no crescimento industrial. Quando a indústria extrativa, anteriormente, possuía 30 estabelecimentos e empregando 216 operários, passa em 1950 a 354 estabelecimentos e 4.670 operários, enquanto, a indústria de transformação sofre também mudança de 607 estabelecimentos e 12.482 operários em 1940 para 1.385 estabelecimentos e 20.810 operários em 1950. Assim vejamos o censo de 1950.

Quadro - 2

Situação da Indústria na Paraíba - 1950

Classe e Gênero da Indústria.	Estabelecimento.	Operário	Salário @ 1.000	Produção
Indústria Extra _{tiva} .	354	4.670	9.348	48.653
Prod. Minerais	13	183	849	4.074
Prod. Vegetais	341	4.487	8.499	44.579
Indústrias de Trans _{formação} .	1.385	20.810	85.753	1.111.805
Trans. de Min. não Metálicos	122	1.131	7.092	51.020
Metalúrgica	6	82	440	1.644
Mecânica	3	23	142	486
Material de Trans _{porte}	(x)	18	166	2.577
Madeira	24	142	703	7.683
Papel e Papelão	(x)	30	50	532
Mobiliário	29	80	343	2.084
Couros e Peles, Pro _{du} tos Similares	26	378	2.314	23.967
Química e Farmaceu _{tica}	34	987	5.309	111.803
Textil	183	9.813	46.660	584.386

Vestuário, Cal. e				
Art. de Tecidos	111	438	1.925	9.262
Produtos alimenta				
res	708	6.574	17.122	289.653
Bebidas	86	852	2.263	21.071
Fumo	7	131	432	5.666
Editorial e Gráfica	24	112	745	3.435
Construção Civil	5	490	1.366	6.340
Serv. Ind. de Utili-				
dade Pública	147	245	1.208	8.739
Diversas	8	19	47	556

IBGE - Censo Econômico de 1950

*Construir la
letras comparacion
hipotes.*

Entretanto, a indústria de produção mineral sofreu uma queda de 1940 a 1950. Quando, anteriormente, funcionava com 29 estabelecimentos e passando em 1950 a funcionar com 13 estabelecimentos, havendo um fechamento de 16 destas, porém, diminuiu o número de operários de 202 para 183 e ocorreu um crescimento da produção de 559 para 4.074. A indústria de produtos vegetais a que mais cresceu de 1940 a 1950, passando de 1 estabelecimento para 341, enquanto, houve também um aumento no número de operários de 14 para 4.487, e da produção que cresceu vertiginosamente para 44.579. Houve também, nestes dois setores um aumento do salário dos operários que passaram a receber ₡ 849 e ₡ 8.490 cruzeiros.

Na indústria de transformação, o crescimento foi muito vertiginoso, não somente no aumento de estabelecimentos como na produção, ocorrendo também durante o período de 1940-1950 uma elevação do salário. Assim, a indústria de transformação de minerais não metálicos, cresceu de 23 para 122 estabelecimentos, o operário passou de 675 para 1.131, o salário de ₡ 1.128 para ₡ 7.092 e a produção de 11.278 para 51.026; a metalúrgica manteve o mesmo número de 6 estabelecimentos, aumentado os trabalhadores de 54 para 82, o salário de ₡ 60 para ₡ 440 cruzeiros, a produção crescera de 1.031 para 1.644; na mecânica, houve a criação de 3 estabelecimentos, funcionando com 23 operários, pagando um salário de 142 cruzeiros e produção de 486; na de material de transporte manteve o mesmo número de 2 estabelecimentos, crescendo a quantidade de operários de 11 para 18 e o salário passou de ₡ 24 para ₡ 166 e a produ -

ção de 111 para 2.577; a de madeira teve um aumento de 9 para 24 esta-
 belecimentos, crescendo o número de operários de 62 para 142, o salá-
 rio aumentou de @ 94 para @ 703 cruzeiros e a produção 386 para 7.683;
 o setor mobiliário cresceu de 14 para 29 estabelecimentos, diminuindo
 o número de operários de 162 para 88, o salário passou de @ 159 para
 @ 343 a produção cresceu de 754 para 2.084; a de papel e papelão
 manteve o mesmo número de estabelecimento, aumentando a quantidade de
 operários de 2 para 30, o salário de @ 1 para 50 cruzeiros a produção
 de 12 para 532; em couros e peles e produtos similares, houve um au-
 mento de 21 para 26 estabelecimentos, crescendo o número de operári-
 os de 196 para 376, o salário de @ 319 para 2.314 e a produção passou
 de 3.090 para 23.967; o setor de química e farmacêutica cresceu de 26
 para 34 estabelecimentos, aumentando o número de operários de 465 pa-
 ra 987, o salário de @ 701 para 5.309 e a produção cresceu de 12.214
 para 111.214; na indústria textil houve uma diminuição no número de
 estabelecimentos de 212 para 193, aumentando o número de operários
 de 8.984 para 9.813 e o salário passou de @ 8.895 para @ 46.660 en-
 quanto a produção cresceu de 120.963 para 584.386; o setor de vestuá-
 rio, calçados e artefatos de tecidos cresceu de 60 para 111 estabele-
 cimentos, aumentando o número de operários de 335 para 438 e o salá-
 rio passou de @ 315 para @ 1.925 a produção aumentou de 1.851 para
 9.262; produtos alimentares cresceu de 180 para 708 estabelecimentos,
 passando de 1.115 para 6.576 operários, o salário de @ 1.580 para @
 17.122 e a produção aumentou de 25.758 para 289.635; bebidas de 22
 para 86 estabelecimentos, o operário de 82 para 852, o salário de @
 83 para @ 2.263 e a produção aumentou de 1.627 para 21.071; fumo cres-
 ceu de 2 para 7 estabelecimentos, o operário decaiu de 168 para 131, o
 salário passou de @ 173 para @ 432 cruzeiros, a produção aumentou de
 1.627 para 5.666; editorial e gráfica caiu de 26 para 24 estabeleci-
 mentos, o operário passou de 102 para 112, o salário aumentou de @ 132
 para @ 745 e a produção de 568 para 3.433; construção civil caiu de 8
 para 5 estabelecimentos, o operário aumentou de 222 para 490, o salá-
 rio @ de 344 para @ 1.366, a produção cresceu de 1.289 para 6.340; ser-
 viços industriais de utilidade pública cresceu de 92 para 147 estabe-
 lecimentos, o operário caiu de 290 para 245, o salário passou de @
 477 para @ 1.208 e a produção aumentou de 6.310 para 8.739.

*diminuição
de estabelecimentos?*

*produtos
alimentares*

*bebidas
para*

*inflação
para
versão
nova*

Desta maneira, podemos observar que, durante o período de 1940 a 1950, verificou-se um crescimento da indústria extrativa e da indústria de transformação, apesar do fechamento de 19 indústrias têxteis de 2 estabelecimentos de editorial e gráfica e de 3 estabelecimentos de construção civil. As indústrias que mais cresceram foram: indústria de produtos vegetais, transformação de minerais não metálicos, material de transporte, madeira, mobiliário, couros e peles e produtos similares, química e farmacêutica, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas, editorial e gráfica e construção civil. Todo esta expansão do setor industrial na Paraíba não implicou, precisamente, a superação da hegemonia do capitalismo agrário que continuou predominante no sistema produtivo, sobretudo, quando observamos que o latifúndio continuava mantendo a maior parte da força de trabalho. Para tanto, basta verificar que o crescimento do número de operários na indústria de 1940-1950 fora de 12.698 para 24.480, havendo também, neste caso, grande concentração de capitais na indústria, para isso, basta comparar nas duas tabelas anteriores o aumento do salário com o desenvolvimento da produção.

A presença dominante do latifundiário na estrutura econômica da Paraíba tem favorecido a exploração da monocultura, contribuindo para concentração da propriedade da terra, sobretudo, quando sedimentado em relações "semicapitalistas e capitalistas" como forma de reprodução de capitais. A este respeito, declara Ladislau Dowbor que a relação entre as "grandes empresas agrícolas que monopolizam a terra" (23) com as pequenas propriedades onde se encontra uma "população agrícola subempregada ou sem emprego" (24) permite a continuação de uma estrutura conservadora de relação de trabalho, através do qual o neoliberalismo econômico do pós-guerra, desenvolve preservando o processo de concentração fundiária, concomitante ao crescimento industrial, porém, mediante a existência de relações de produção tradicionais no campo, conforme demonstra o Censo de 1950 a condição da propriedade da terra.

Situação da Propriedade da Terra na Paraíba - 1950

Modelo de Propriedade	Estabelecimento	Áreas (ha)
Agricultura	37.231	1.333.526
G. Escala	3.517	800.809
P. Escala	33.714	532.717
Agropecuária	16.386	1.718.709
G. Escala	817	882.407
P. Escala	15.569	836.302
Pecuária	1.661	305.817
G. Escala	623	241.637
P. Escala	1.038	64.180

IBGE - Censo de 1950

Arrendada

Agricultura	8.966	74.029
G. Escala	184	24.755
P. Escala	8.782	51.274
Agropecuária	925	36.690
G. Escala	22	12.292
P. Escala	903	24.398
Pecuária	41	3.895
G. Escala	21	2.823
P. Escala	20	1.072

IBGE - Censo Economico de 1950

Ocupados

Agricultura	1.337	15.876
G. Escala	32	5.783
P. Escala	1.305	10.093
Agropecuária	206	13.820
G. Escala	10	6.780
P. Escala	196	7.040
Pecuária	15	2.226
G. Escala	8	1.921
P. Escala	7	305

IBGE - Censo Economico de 1950

Propriedade Total?

Áreas arrendadas de uma mesma prop.?
Prop. Arrendadas?

Áreas ocupadas de uma mesma prop.?
Áreas ocupadas da prop.?

Portantó, constatamos a predominancia da grande propriedade da terra onde a agropecuária ocupa mais hectares de terras em relação a agricultura e emprega um número pequeno de trabalhadores. Conforme dados do Censo de 1950.(25)

Ao mesmo tempo que a pecuária e outras formas de modelo de propriedade (arrendadas e ocupadas) praticamente ocupam pequenos hectares de terras. Assim, podemos considerar que predomina o latifúndio como expressão básica do consenso político da burguesia paraibana, sobretudo, o latifundiário dominando a máquina do Estado, controlando o sistema produtivo, impedindo que haja um desenvolvimento do capitalismo industrial, na medida que restringe seu crescimento, impedindo qualquer tentativa de saneamento financeiro de Estado.

Dentro do processo de divisão nacional do trabalho, como já salientamos, é colocada a Paraíba como Estado produtor de matéria-prima e fornecedor de mão-de-obra barata para o mercado de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, quando as classes dominantes (latifundiários industriais e comerciantes) reunidos em Teresópolis, lançam o documento chamado de Carta de Teresópolis, cujo conteúdo insiste na necessidade de desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro dentro do "regime de livre-concorrência" mediante intervenção do Estado e participação de capitais estrangeiros, principalmente, entendem aqueles que o "aumento da renda nacional (...) se baseia no desenvolvimento harmonico das forças economicas" (26) mediante o livre desenvolvimento das regiões. Porém, o que verifica-se é que o processo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra se realizará, realmente, dentro do neoliberalismo sob tutela do Estado, porém, aprofundando o desequilíbrio regional e determinando as especificidades de cada Estado dentro do contexto global do capitalismo no Brasil.

A Paraíba sob o Domínio do Latifúndio

O modelo de democracia surgida depois da queda da ditadura getulista, confere um caráter conservador à redifinição do Estado burguês. Enquanto no plano ideológico continuavam prevalecendo concepções reacionárias, no plano político e econômico predominava o neoliberalismo sob tutela do Estado. O caráter tardio e dependente do sistema capitalista brasileiro, manteve os interesses das oligarquias, que controlando regionalmente o aparelho de Estado, consolidam os mecanismos mandonistas tradicionais. Isto ocorreu, sobretudo, quando a estrutura agrária manifesta-se através da relação da "grande empresa agrícola que monopoliza a terra e, por outro lado, uma multidão de pequenas propriedades onde se concentra uma população agrícola subempregada ou sem emprego" (27) Podemos definir esta relação pelo processo de superexploração dos camponeses, na medida que continuava prevalecendo, como forma de reprodução capitalista, relações não capitalistas de produção no campo.

Desta maneira a predominância do latifúndio no sistema produtivo do Estado da Paraíba, demonstrado anteriormente pelo censo de 1950, confere ao latifundiário uma posição de hegemonia política e econômica na região. Controlando grande extensão de terra e de força de trabalho, manteve um modelo particular de capitalismo, voltado para a produção de matéria-prima e destinados aos grandes centros consumidores nacionais e estrangeiros, provocando desta forma, evasão de capitais e enfraquecimento do mercado interno, na medida que grande parte da população tinha dificuldades de consumir. Como declara Ladislau Dowbor no seu livro a formação do Capitalismo Dependente:

"... o latifúndio (...) recorre ao sistema de minifúndio como uma das múltiplas formas de reter a mão-de-obra sem ter que financiar a sua subsistência" (28)

Assim, o modelo de capitalismo agrário tem permitido consolidar na Paraíba, a concentração da propriedade da terra ao mesmo tempo que mantém a pequena e média indústria numa posição secundária,

atrofiando, muitas vezes, seu crescimento, retêve qualquer possibilidade de modernização da estrutura produtiva da região no momento em que, a nível nacional, começa a haver a consolidação do capitalismo industrial e a reestruturação do Estado conforme a lógica burguesa. A Paraíba continuava como produtora de produtos primários, conforme demonstramos pelo censo de 1940-1950 o latifúndio constituía a unidade fundamental da estrutura econômica do Estado, apesar do crescimento relativo da indústria paraibana. Esta não cregará a constituir numa força econômica, permanecendo em uma posição inferior no sistema produtivo do Estado.

Durante a primeira República o controle da "maquina arrecadadora" encontra-se subordinado ao coronelismo. Contrário a centralização da política-econômica pelo Estado, o coronelismo sempre defenderá o federalismo como forma de garantia de seus privilégios. Porém, a crise do poder oligárquico repercutir de maneira particular na Paraíba, na medida que ocorre uma queda dos preços dos produtos primários para exportação, que se reflete nas "diferenças de taxas entre o Banco do Brasil e os Bancos Recifenses" (29) A desvalorização dos produtos locais repercutê intensamente na Paraíba, ocasionando a queda do seu comércio e a ausência de crédito agravando as dificuldades financeiras do Banco da Paraíba. A política de saneamento dos cofres públicos, tentada pelos interventores, dependentes em certo sentido dos interesses das oligarquias, buscará resolver o problema da sangria de capitais sem modificar a estrutura produtiva tradicional, procurando simplesmente centralizar a política tributária, criando impostos que visavam regular a importação e exportação de mercadorias.

A política protecionista de mercado, estabelecida pelos interventores, permitiu um crescimento da indústria sem contudo, resultar no salto qualitativo ao capitalismo industrial. Quem continuavam predominando, na verdade, era justamente a produção agrícola. Quando termina a guerra, começa o período da hegemonia do capitalismo norte americano, que defendendo uma política neoliberal, passa a ter o controle, do mercado mundial capitalista, em particular o nacional, com o respaldo do governo Dutra que definiu sua política-econômica, baseado justamente, na aliança do capital nacional com o estrangeiro, es

pecificamente, o capitalismo norte-americano. O resultado desta aliança é a descapitalização nacional e o aprofundamento do desequilíbrio regional, cujo reflexo atingirá o mercado paraibano pelo grau de dependência existente entre uma economia ao atendimento da grande indústria nacional e estrangeira.

O caráter conservador da democracia repercutirá no momento da elaboração da Constituição de 1947. A Assembléia Constituinte, controladas por representantes da burguesia rural e urbana, terminará fazendo prevalecer os interesses políticos e econômicos das oligarquias, na medida que preservava a estrutura fundiária que mantinha a monocultura agrícola e o modelo de produção tradicional. Acrecente-se que o neoliberalismo econômico aprofundará o desequilíbrio regional e favorecerá o processo de concentração da Terra. A constituinte manteve uma estrutura sindical atrelado ao Estado, procurando definir, ou mesmo, determinar as regras políticas para organização da classe trabalhadora, buscando mostrar que prevalecia a compreensão do consenso das classes e a negação da luta de classe. Como também, continuará a prática de repressão sobre os camponeses que mantidos sob relações sociais de produção tradicionais que favoreciam a continuação do clientelismo político e do relacionamento de compadrio entre o latifundiário e os camponeses da mesma forma que prevalecia a repressão sistemática sobre os opositores do coronelato.

Desta maneira, a hegemonia política e econômica do latifúndio, restringe o caráter da democracia no Estado da Paraíba. Através do controle da máquina do próprio Estado, (30) o latifundiário faz prevalecer os interesses das oligarquias em detrimento dos outros setores da produção (pequenos e médios proprietários, comerciantes, classe média, etc) que ficam sob a influência das concepções ideológicas e culturais dos grupos dominantes regionais. Para tanto, a Igreja católica exerceu papel importante através do jornal a IMPRENSA que se constituirá na instituição burguesa que mais pregará o anticomunismo. Neste sentido, a Igreja combatia sempre qualquer tipo de participação legal dos comunistas, chegando a tratar como mal-cristão aqueles que ousassem a defender princípios marxistas. Ao mesmo tempo, a política de conciliação de classe definida

pelos comunistas criava dificuldades para a própria atuação dos pecebistas, na medida que procuravam exercer uma influência política no meio do operariado dentro do consenso burguês, numa região em que o latifúndio controla a força de trabalho e a indústria de pequeno e médio porte, funciona de maneira dispersa, sem representar uma força econômica que permita a concentração de operários na zona urbana.

Praticamente, predomina no Estado da Paraíba uma estrutura de produção sedimentada na hegemonia do latifúndio, chegando desta forma a determinar os limites da modernização do sistema produtivo, através do controle de qualquer tentativa de transformação da estrutura fundiária. O latifúndio, concorreu assim, para que o crescimento da indústria fosse em parte realizado através do investimento de capitais provenientes da agropecuária. Esta, por sua vez, mantendo relações "semicapitalistas, précapitalistas e capitalistas" de produção no campo, limitava o crescimento do capitalismo industrial que se mantinha preso à estrutura fundiária tradicional.

A concepção política de conciliação de classe dos comunistas os levará a procurar dentro da ordem burguesa, o caminho para a questão agrária, defendendo uma reforma agrária através do Parlamento. Assim, os pecebistas esqueciam que o Parlamento constituía o instrumento de dominação de classe da burguesia rural, considerando a realidade paraibana, conforme já mostramos, a força econômica exercida pelo latifúndio. Desta forma, os comunistas alimentavam consciente ou inconscientemente o reacionarismo das classes dominantes brasileiras, uma vez que a preocupação básica deles era custurar uma saída para os trabalhadores da cidade e do campo por dentro da ordem burguesa. Para tanto, a direção do PCB criticava qualquer tentativa de radicalização dos trabalhadores, por considerar que esta poderia estimular a reação fascista. Neste sentido, propunha que a classe trabalhadora deveria primeiro garantir a consolidação da democracia, em lugar de definir um programa político que rompesse o consenso burguês. Preferido, assim, o PCB defender a "democracia burguesa", no invés de construir uma alternativa de classe para o proletariado, atuam no sentido da conciliação com os interesses do proletariado com o da burguesia, cujo desenvolvimento capitalista

deu-se na perspectiva conservadora, com a permanência de muitas terras nas mãos de poucos e uma alta concentração fundiária.

Conclusão.

O modelo de capitalismo formado no Brasil, teve como base os interesses da burguesia agrária que dominando o aparelho de Estado sempre procurou assegurar a manutenção da estrutura fundiária, sobretudo, quando é através dela que busca reproduzir o mandonismo regional e o processo de reprodução capitalista como a concentração da capitais. A consolidação do latifúndio como unidade básica do "modelo econômico primário-exportador" decorre da característica do desenvolvimento desigual e combinado do sistema de produção capitalista, que mantém dentro da esfera do mercado mundial, Nações voltadas exclusivamente para produção de matéria-prima e destinados aos grandes centros consumidores europeus. Desta forma, a expansão capitalista aprofundará o processo de concentração fundiária e o desequilíbrio regional, provocando internamente uma divisão nacional do trabalho e uma divisão regional em que o Nordeste é colocado como centro produtor de matéria-prima e dominado pelo latifundiário. Assim, a transição para o capitalismo industrial se dará sob hegemonia das oligarquias rurais e dependente de investimentos financeiros e tecnológicos do capitalismo estrangeiro.

A construção da ordem burguesa se dará através da preservação de mecanismos tradicionais de controle sobre a sociedade, entretanto, a reestruturação do Estado durante a ditadura getulista incorpora ao clientelismo político o princípio da conciliação da classe e o corporativismo sindical. Porém, historicamente a economia brasileira dependente dos interesses das oligarquias rurais, funcionará conforme a dinâmica comercial de determinados produtos no mercado europeu.

É justamente a supremacia comercial do açúcar, algodão e pecuária que levará ao processo de concentração fundiária na região Nordeste, particularmente na Paraíba, desviando recursos financeiros

até mesmo mão-de-obra para aqueles setor da produção em desenvolvi-
mento, chegando, desta forma, a provocar a decadência do Nordeste
no momento em que começa a haver mudanças na conjuntura econômica
nacional a partir das crises cíclicas do capitalismo.

A identificação dos interesses da burguesia agrária com
a burguesia industrial, repercutirá no modelo conservador e tradi-
cionalista da democracia. Modelando o latifundiário o pensamento
burguês, manteve a nível regional uma estrutura de poder real liga-
do à consolidação do latifúndio. Portanto, continua prevalecendo
a supremacia política das oligarquias rurais no âmbito regional,
precisamente no Nordeste e em particular na Paraíba, controlando a
máquina do Estado, mantém a sociedade subordinado a sua prática cli-
entelística e repressiva, preservando as massas populares como
seus dependentes, que são submetidas a estas práticas como parte
dos princípios ideológicos e culturais dominantes.

A ditadura getulista representara a saída para o colapso
do Estado oligárquico, jamais a decadência do poder das oligarquias
que debilitado pelos conflitos regionais, perderá terreno para
outros setores das classes dominantes, defensores da reestrutur-
ção do Estado, em conformidade com a lógica capitalista a partir
da necessidade da implantação do "capitalismo nacional". Porém, o
movimento de 1930 servirá muito mais para a concretização de uma
"modernização conservadora" burguesa do que a instituição da demo-
cracia. Representará um golpe militar cujo resultado será a repres-
são sistemática à livre organização da classe trabalhadora, cria-
ndo uma estrutura sindical atrelado ao estado, ao mesmo tempo, in-
corporava na cultura dominante o princípio da conciliação de clas-
se como parte da negação da luta de classe. Portanto, quando ocor-
re a reação das oligarquias e setores liberais-burgueses, contrá-
rios a permanência do ditador, estes realizarão a transição busca-
do o caminho da conspiração e do controle sobre o processo de rede-
mocratização da Nação sem procurar modificar a estrutura dominan-
te do Estado, mas ligado a esta o neoliberalismo econômico sob tu-
tela do próprio Estado e sob hegemonia do capitalismo norte-ameri-
cano.

A redemocratização significará a recomposição das classes dominantes rurais e urbanas em partidos políticos, como o PSD e UDN, através dos quais manterão a política de cabresto eleitoral e de repressão sistemática sobre os opositores do coronelismo. A legalização do PCB e a formação do PTB, permitira de maneira diferente, a existencia de partidos políticos que buscam representar os interesses da classe trabalhadora. O primeiro criado em função do internacionalismo proletário, deveria construir um programa de governo que significasse a destruição do Estado burguês e a consolidação da "democracia-proletária". Mas, verifica-se o contrário, os comunistas defenderam a conciliação de classe, a "revolução democrático-burguesa" e o parlamento burguês, mediante o qual consideravam ser possível resolver os problemas economicas e sociais das classes populares, uma vez que compreendem que a conjuntura economica do pós-guerra assegurava o "desenvolvimento pacífico" do capitalismo. Para tanto, propunham que a mudança da estrutura fundiária se daria procurando o consenso de classes antagonicas dentro da ordem burguesa. O segundo partido, criado a partir das manobras políticas de Getúlio Vargas, representava dentro das classes populares o pensamento ideológico da burguesia.

Finalmente, o desenvolvimento capitalista dentro dos princípios neoliberais, manterá e aprofundamento da desigualdade regional, assegurando o fortalecimento da estrutura fundiária, conservará as oligarquias agrárias no controle da maquina do Estado.

Desta maneira, a Paraíba apesar do crescimento da pequena e média indústria, encontra-se sob dependência do latifúndio que continuará fornecendo matéria-prima para os grandes centros consumidores nacionais e estrangeiros, sobretudo, pela manutenção de "relações sociais semicapitalistas e capitalistas". Tal condição acarretará a fragilidade do mercado consumidor local, mantendo os camponeses excluidos de qualquer direito ao consumo. Por outro lado, a política predominante provoca a sangria de capitais para outros centros economicos do país, debilitando o crescimento da indústria da região que apesar de um revigoração da sua capacidade produtiva não encontra qualquer possibilidade de superação dos limites impostos pela divisão nacional do trabalho.

O processo de redemocratização na Paraíba significou a manutenção do mandonismo das oligarquias agrárias tal como ocorreu no Nordeste, prevalecera uma estrutura de poder atresada que vinculada a reprodução capitalista, mantinha no plano ideológico o conservadorismo e o tradicionalismo de tal maneira que impedia a formação de oposição ao coronelismo.

- 1 - TROTSKY, Leon - A Revolução Burguesa - São Paulo, Kairós Editora
1985, p. 5
- 2 - MANDEL, Ernest - Capitalismo Tardio, São Paulo, Nova Cultural,
1985 p. 29
- 3 - JUNIOR, Caio Prado - História Económica do Brasil, São Paulo,
Editora Brasiliense, 1983, p. 35
- 4 - MANDEL, Ernest - Op. Cit. p. 32
- 5 - Idem - p. 35
- 6 - Idem - p. 39
- 7 - Idem - p. 40
- 8 - Idem - ibidem
- 9 - IANNI, Octávio- Estado e Planejamento no Brasil(1930-1970), Rio
de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p.70-71
- 10 - DINIZ, Eli - O Estado Novo - Estrutura de Poder de Classe, In
História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Vol, 3,
São Paulo, 1978, p. 89
- 11 - IANNI, Octávio - Op. Cit. p. 19
- 12 - Idem - p. 21-22
- 13 - Idem - p. 58
- 14 - Idem - p. 64-65
- 15 - A UNIAO de 4/05/45 p. 8
- 16 - A UNIAO de 17/05/45 p. 12
- 17 - CLAUDIN, Fernando - A Crise do Movimento Comunista - Vol. 1, São
Paulo, Global Editora, 1986 p. 178
- 18 - Idem, p.78
- 19 - BARBOSA, José Batista- Santa Cruz e o Jornal do Povo, José Pes-
soa, Gráfica Santa Maria, 1985, p.57
- 20 - MANDEL, Ernest - O Capitalismo Tardio, São Paulo, Nova Cultural,
1985, p. 37
- 21 - Idem, ibidem
- 22 - Idem, ibidem
- 23 - DOWBOR, Ladislau - A Formação do Capitalismo Dependente no Bra-
sil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, p. 157
- 24 - Idem, ibidem
- 25 - Citado do Censo Económico de 1950: Agricultura - 229.725 traba-
lhadores; agropecuária - 110.375 e pecuária 10.781.

- 26 - A UNIAO de 24/05/45 - Carta de Teresópolis p. 9
- 27 - DOUBOR, Ladislau. Op. Cit. p.49
- 28 - Idem - p.53
- 29 - OCTÁVIO, José - A Revolução Estatizada - João Pessoa, A união
Cia Editora, p. 244
- 30 - Estamos aqui utilizando o conceito de Estado de acordo com Gramsci para quem o Estado é formado por " sociedade civil mais ' sociedade política" em que o Estado representa a "hegemonia en-
courageada de coerção". PORTELLI, Hugues - Gramsci e o Bloco His-
tórico, Rio de Janeiro, Pas e Terra, 1977, p.36